

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 49
Agosto – 2004

S U M Á R I O

2 *Haiti e política externa de Lula: realmente há algo de inovador?*

Virgílio Arraes

4 *Copos, trilhos e moedas: a lógica da política comercial brasileira*

Amâncio Jorge de Oliveira

6 *A negociação cultural na assistência consular: o caso Iruan*

Paulo Antônio Pereira Pinto

9 *Contradições, insuficiências e impasses do movimento anti-globalizador*

Paulo Roberto de Almeida

12 *O Terror Como Espetáculo*

João Paulo Cândia Veiga

15 *Estado palestino: necessidade imediata para a paz e inserção do mundo árabe na ordem política mundial*

José Ribeiro Machado Neto

19 *Um Novo Kerry?*

Cristina Soreanu Pecequilo

23 *Terrorismo islâmico e insegurança internacional: o massacre de Beslan*

Pio Penna Filho

Haiti e política externa de Lula: realmente há algo de inovador?

Virgílio Arraes*

A autodeterminação é um dos mais caros marcos políticos dos países periféricos, especialmente para os formados no processo de descolonização desenvolvido a partir do apoio – às vezes tácito ou mesmo informal – das duas superpotências da época – Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS). Portanto, em boa parte do século XX, em face da proposição de ampliar-se o número de Estados, o exercício da soberania, apesar de relativamente podado no gerir do dia-a-dia das principais potências, seria retoricamente sempre defendido e comprovado, em tese, com a incontestável ampliação do número de países formalmente independentes, visto que membros das Nações Unidas (ONU).

Sem a Guerra Fria, ocorre lenta mudança nesse rumo até mesmo em fóruns internacionais, ao pregar-se a necessidade de constituir exceções à soberania, principalmente se relacionadas à violação coletiva de direitos humanos, sendo consagrado exemplo o genocídio ou 'limpeza étnica'. Como resposta à possibilidade de eventos deste jaez, só a aceitação de um humanismo militar ou intervenção humanitária, executado unilateralmente, se necessário fosse, por um consórcio de grandes potências, a despeito de posicionamento da ONU. Sob a inspiração do ideário neoliberal, há a vontade de estabelecer-se a paz universal, com vistas a garantir a estabilidade das práticas político-econômicas.

Ao longo da última campanha presidencial, o Partido dos Trabalhadores (PT), apesar da timidez em reafirmar seus posicionamentos progressistas, advogava a idéia de democratização dos organismos internacionais, tendo em vista quatro preferencialmente: ONU, FMI (Fundo Monetário Internacional), BM (Banco Mundial) e OMC

(Organização Mundial do Comércio). Ante tal postura, mostrava-se a descrença com a conduta rotineira das instituições multilaterais. No ano seguinte, a partir da visão de que o multilateralismo institucionalizado encontrava-se desgastado, a política externa do governo Lula adotou medida interessante, ao propor, por exemplo, a formação de um grupo de países para observar a situação política da democracia venezuelana, ameaçada por constantes turbulências de setores conservadores.

Praticamente simultânea ao processo anterior, a ida a fóruns internacionais – Porto Alegre e Davos – para expressar a insatisfação brasileira perante a desigualdade estrutural da geração e repartimento das riquezas. Todavia, transcorrido pouco mais de um ano de gestão, Lula definiria seu projeto político para a sociedade: a continuação do cânone do mandato duplo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Partido da Frente Liberal (PFL), francamente afeitos às diretrizes neoliberais emanadas de organismos internacionais.

Deste modo, a tão exaltada política externa do atual governo distinguir-se-ia apenas por contrastes semânticos se comparada com a anterior: brada contra a desigualdade do comércio internacional, mas encaixa-se, com entusiasmo, na nova divisão internacional do trabalho, ao reconhecer seu papel de agroexportador; invectiva contra a ineficiência de organismos internacionais financeiros, porém, em momento algum, propõe a sua reestruturação administrativa com vistas às questões de pagamento de juros, dívida externa, remessas de lucros, dentre outros; vangloria-se do endurecimento no debate da formação dos padrões a ser estabelecidos na Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), contudo

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (iREL-UnB).

subscreveu, em janeiro último, o Documento de Nuevo León da Cúpula Extraordinárias das Américas/ Monterey, no México, que confirma o prazo final das negociações para 2005.

O fim do esquívamento a ditames de grandes potências registra-se por mais duas atitudes: o apoio à presença da aliança anglo-americana no Iraque, em junho, por meio da resolução nº 1.546 do Conselho de Segurança, do qual o país é membro não permanente, e o envio de tropas ao Haiti, sob o nome de Missão de Estabilização das Nações Unidas. O Haiti é considerado o país mais pobre do Ocidente, com taxa de desemprego que beira os 80% e de alfabetização em torno de 50%. No final de fevereiro, Aristide, reeleito em conturbado processo, aceitou a proposta de mediadores internacionais para que fosse mantido o prazo original de seu mandato (2006), mas com redução de seu poder, ao contemplar desígnios da oposição como a participação na escolha do primeiro-ministro. Em face da recusa do acordo pela oposição e da iminência de migração em massa para o território americano, Estados Unidos e Canadá prepararam seus efetivos para chegar ao país em apenas dois dias, a fim de restaurar a ordem pública.

Ao mesmo tempo, as chancelarias franco-americana negociavam a transição do poder, sinalizando o apoio ao 33º golpe de Estado da história do país. No dia 29 de fevereiro, o Conselho de Segurança, em sessão extraordinária, aprovou a Resolução nº 1.529, que, em decorrência da deterioração política do país, autorizava o envio de força militar de paz, em caráter de emergência. Àquela altura, tropas francesas rumavam também ao Haiti. Em março, Aristide estava na República Centro-Africana por ter sido deposto – posição aceita pela União Africana – por Estados Unidos e França, que, por sua vez, asseveraram sua renúncia.

No final de abril, por unanimidade do Conselho de Segurança, estipulou-se a permanência durante 6 meses de forças militares e policiais (contingente em torno de 8 mil homens, dos quais 1200 brasileiros), encabeçadas pelo Brasil em substituição à Força Multilateral Provisória, liderada por França e Estados Unidos, com a participação ainda de Chile e Canadá, que permaneceriam no país. Este é o maior envio de tropas nacionais desde a II Guerra Mundial. Segundo o governo, a participação reiteraria o ideário da política externa brasileira: não intervenção, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos, dentre outros. Além do mais, a presença de tropas internacionais teria sido aceita pelos inúmeros grupos políticos haitianos. Consoante o Itamaraty, o ato conjugaria a combinação da ‘não intervenção com a não indiferença’.

O custo inicial em torno de 50 milhões de dólares seria reembolsado, de modo parcial, pela ONU. Para o país, a contrapartida seria o reforço do pleito para garantir assento permanente no Conselho de Segurança, em nome, provavelmente, da América Latina, a despeito de, oficialmente, o Itamaraty não admitir isto. Assim, o Brasil teria mais e mais interesse em engajar-se em missões multilaterais de paz.

Dessarte, em ano e meio, constata-se a transformação da política externa petista, antes das eleições, e a executada à testa do Executivo. Do descrédito do funcionamento dos organismos internacionais, ao clamar pela sua democratização, à aspiração de participar como membro decisor do mais importante deles – o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Observa-se, portanto, a incorporação das mesmas práticas – diplomacia presidencial, assento permanente na ONU, ênfase do comércio internacional, dentre outras – adotadas pela gestão anterior, que são mantidas, por sua vez, nas demais áreas, em especial a econômica.

